



A CRÍTICA FEMINISTA E A QUESTÃO DE GÊNERO

FEMINIST CRITICISM AND THE GENDER ISSUE

Daise L. F. DIAS¹¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar diferentes perspectivas de teóricos do passado e da contemporaneidade sobre as noções de gênero dentro e fora da literatura, mas sobretudo a utilização de gênero como categoria de análise literária. Serão discutidas também as transformações na maneira de se compreender as questões de gênero e sua importância para o pensamento feminista.

Palavras-chave: Gênero, crítica feminista, literatura, representação, poder.

Abstract

The objective of this work is to present different perspectives from scholars of the past and of today on the notions of gender inside and outside literature, but specially the use of gender as a part of the literary analysis. It will also be discussed some of the transformation in the way of understanding the gender issue and its importance for the feminist thought.

Keywords: Gender, feminist criticism, literature, representation, power.

Este trabalho irá analisar os desdobramentos da questão de gênero a partir da chamada terceira fase da crítica feminista, sobretudo porque é nesta fase que as discussões sobre o assunto amadurecem e desenvolvem-se de modo mais sistemático. Ao referir-se à terceira fase da crítica feminista, Zolin (2003, p. 12) comenta que a preocupação nesse período foi advogar o reconhecimento do que era produzido por mulheres, além de propor um novo olhar em relação aos conceitos básicos do estudo literário, e das teorias que já estavam estabelecidas a partir da experiência masculina. O resultado da interação entre a crítica feminista literária feita nos Estado Unidos, aliada à inglesa e a francesa¹ foi o aumento do interesse por aspectos mais teóricos. Funck (1994, p. 19), tendo como base Showalter (1977 e 1989), lembra que a ênfase desta fase estava no rompimento das fronteiras culturais, na análise da “construção do gênero e da sexualidade dentro do discurso literário.” Obviamente as discussões a este respeito continuam e vêm se aprofundando a cada dia. Quando a crítica inglesa começou a estabelecer

¹ Professora e Doutoranda de Literaturas de Língua Inglesa da UFCG/CFP (Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Formação de Professores). Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n. Casas Populares. Cajazeiras/PB. CEP: 58067-000. daiselilian@hotmail.com.

relações entre gênero e classe social como categoria de análise, destacou formas de cultura popular, o que deu origem à versão feminista da teoria literária marxista.² Enquanto isso, a francesa interessava-se principalmente “pelo *feminino*, pelo modo como é definido, representado ou reprimido nos sistemas simbólicos da linguagem, da psicanálise e da arte,” (FUNCK, 1994, p. 19) equacionando a questão da escrita com os ritmos do corpo feminino. Suas seguidoras acreditavam que existia uma escrita feminina³ do corpo feminino que seria *avant-garde* e subversiva, e que poderia ser produzida tanto por homens quanto por mulheres, mas, sobretudo, pelas mulheres, conforme será visto adiante.

A teórica feminista Teresa de Lauretis (1994, p. 206) inicia seu conhecido artigo “A tecnologia do gênero” dizendo que

Nos escritos feministas e nas práticas culturais dos anos 60 e 70, o conceito de gênero como diferença sexual encontrava-se no centro da crítica da representação, da releitura de imagens e narrativas culturais, do questionamento de teorias de subjetividade e textualidade, de leitura, escrita e audiência.

Contudo, com a evolução das discussões a este respeito, Showalter (1989) declara que um dos fatos mais marcantes no âmbito das ciências humanas e das letras dos anos de 1980 foi o estabelecimento do conceito de gênero como categoria de análise. Mas, a que se refere a palavra gênero? São muitas as ainda não esgotadas possibilidades de explicação dessa questão interdisciplinar sob diversas linhas e perspectivas; neste trabalho apenas algumas considerações serão feitas destacando o ponto de vista de alguns autores para salientar a relevância desse conceito para a crítica feminista.

Lauretis (1994, p. 209) observa que antes de tudo a palavra gênero se trata de um termo classificatório,

uma categoria gramatical pela qual palavras e outras formas gramaticais são classificadas de acordo não só com sexo ou com a ausência de sexo (categoria específica denominada ‘gênero natural’ e típica da língua inglesa),” por exemplo, mas refere-se também ao aspecto morfológico do que se conhece como gênero gramatical.

Isso conforme encontrado nas línguas românicas. Outro significado encontrado por Lauretis (1994, p. 210) está relacionado à “classificação do sexo ou a sexo.” Ela observa um elo estreito entre gramática e sexo que não pode ser encontrado nas línguas românicas, o que complicaria a adoção de “uma postura internacionalista, para não dizer universal, diante da teorização sobre gênero,” sobretudo porque o que está em discussão é “o conceito de gênero e a questão da relação entre gênero humano e representação,” as quais seriam intraduzíveis em qualquer língua românica. A autora observa que o termo gênero refere-se à

representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria (...) o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer; assim, o gênero atribui a uma entidade, digamos a uma pessoa, certa posição dentro de uma classe, e portanto uma posição *vis-à-vis* outras classes pré-constituídas (p. 210).

Isso quer dizer, segundo Lauretis, que a maneira de se compreender culturalmente o masculino e o feminino enquanto categorias complementares, mesmo que elas se excluam mutuamente, e nas quais os seres humanos são classificados, formam de acordo com cada cultura, um sistema simbólico que envolve significações de gênero “que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais” (p. 210). Mesmo os significados variando de acordo com cada cultura, “qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em casa sociedade” (Lauretis, 1994, p. 211). Assim, a construção cultural do sexo em gênero estaria ligada à questão da desigualdade social, uma vez que ele é “um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio)... a indivíduos dentro de uma sociedade,” como defende Lauretis, e está ligado à questão da ideologia. Segundo a autora, gênero é também uma representação e essa representação é a sua construção, a qual permanece atuante na mídia, nas escolas, nas instituições, na família, na academia, entre os intelectuais, ou seja, nos chamados Aparelhos Ideológicos do Estado, como diria Althusser (1985). Ela adverte que

a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação.

É fundamental que se compreenda que os termos gênero e diferença sexual não têm a mesma origem. A diferença tem início

nos discursos da psicanálise e do pós-estruturalismo; o gênero surge com a crítica marxista-materialista. Conforme o feminismo marxista, o gênero não existe fora de um contexto ideológico” (Funck, 1994, p. 20).

Assim, a autora reproduz o que se pensou durante muito tempo, mas que Butler (2003) contesta como será visto adiante, isto é, que o gênero deve ser considerado como integrante de um processo que resulta numa construção social e cultural. Funck (1994, p. 20) lembra que essa questão do gênero não se limita às discussões sobre “diferença, que pressupõe simetria, mas de uma questão de poder, onde nos deparamos com assimetria e desigualdade, com a dominação do feminino pelo masculino;” grandes fontes de preocupação para o pensamento feminista,

expressas mesmo antes da existência formal do movimento feminista por mulheres, o que se explica na produção de escritoras de vários séculos, tais como, Julian of Norwich (1342 - c.1416) e seu *A book of Showings*, no qual um dos capítulos é “God the Mother;” Anne Bradstreet (1612-1672) e Emily Dickinson (1830-1886) com suas poesias; além das irmãs Brontë; Madame de Staël; Nísia Floresta, dentre tantas outras autoras e obras, inclusive aquelas esquecidas, oriundas de colônias e raças ainda não comumente estudadas na academia.

Uma outra observação revisitada por Funck (1994, p. 20) diz respeito à questão proposta por Beauvoir (1980) de que como o gênero é uma categoria gramatical, o masculino é a norma, isto é, “a forma universal, ou não marcada, enquanto que o feminino é marcado por uma variante ou um sufixo,” em muitos idiomas. Butler (2003, p. 29-30) contesta essa crença, ao levantar argumentos de Irigaray, a qual acredita que o

‘sexo’ feminino é um ponto de *ausência* lingüística, a impossibilidade de uma substância gramaticalmente denotada e, conseqüentemente, o ponto de vista que expõe essa substância como uma ilusão permanente e fundante de um discurso masculinista. Essa ausência não é marcada como tal na economia significante masculinista(...) Para Irigaray, o sexo feminino não é uma falta ou um ‘Outro’ que define o sujeito negativa e imanentemente em sua masculinidade. Ao contrário, o sexo feminino se furta às próprias exigências da representação, pois ela não é o ‘Outro’ nem a ‘falta,’ categorias que permanecem relativas no sujeito sartriano, imanente a esse esquema falocêntrico.

Para Irigaray que discorda de Beauvoir, como mostra Butler, o feminino não poderia jamais ser visto como a “marca de um sujeito.” O sexo feminino seria também “o sujeito que não é uno,” porque “a relação entre masculino e feminino não pode ser representada numa economia significante em que o masculino constitua o círculo fechado do significante e do significado” (Butler, 2003, p. 30).

Já a teórica chilena Nelly Richard (2002, p. 131) acredita que “o neutro da língua, sua aparente indiferença às diferenças, camufla o operativo de ter universalizado, à força, as marcas do masculino, para convertê-lo assim, em representante absoluto do gênero humano.” A autora defende que foi a crítica feminista que chamou a atenção para o caráter arbitrário de tal operativo de força, o qual é posto em prática em nome do masculino-universal, revelando que a língua não seria um “veículo neutral – transcendente – que afirma o idealismo metafísico, mas um suporte modulado pelo processo de hegemonização cultural da masculinidade dominante” (p. 131).

No âmbito do

discurso feminista anglo-americano, o termo gênero vem sendo usado para designar o significado social, cultural e psicológico imposto sobre a identidade sexual biológica. É diferente de sexo (entendido como identidade biológica; macho/fêmea) e é diferente de sexualidade (entendida como a totalidade de orientação, preferência ou comportamento sexual de uma pessoa) (Funck, 1994, p. 20).

Funck destaca, entretanto, que há uma vantagem no termo, uma vez que ele permite ser aplicado tanto no que diz respeito a homens quanto a mulheres, embora isso tenha gerado uma espécie de problema para a crítica feminista. A questão seria a de que falar de gênero nas disciplinas humanísticas causa um impacto maior do que se deter em discussões sobre a mulher, contudo essa categoria de gênero “pode voltar a direcionar a investigação para o centro, para a literatura consagrada ou *canônica*, e despolitizar a prática feminista” (Funck, 1994, p. 20). Mesmo assim, essa categoria está cada vez mais consolidada na academia, e foi ela que inaugurou inclusive nos estudos literários, um novo momento, que segundo a autora, tem resultado em um interesse maior na investigação da maneira “pela qual a atividade literária (tanto de recepção quanto de produção) está marcada por diferenças de gênero”(p. 20).

Alguns dos aspectos que mais interessam ao pensamento feminista estão relacionados com as questões sobre como o gênero é construído, internalizado, e representado, especialmente porque, como afirma Campos (1992, p. 111),

os sistemas gênero-sexo⁴ historicamente realizados revelariam, na relação masculino e feminino, a opressão e exploração deste último pelo primeiro: a história das sociedades até agora existentes constituiria uma história da subordinação das mulheres pelos homens em base aos sistemas gênero-sexo que culturalmente produziram.

O sujeito da crítica e do pensamento feminista é particularmente a mulher, por isso busca trazer à luz as razões por trás das assimetrias de poder entre os gêneros, cujo legado histórico tem designado à mulher um papel secundário, quando não ignorado, banindo-a de uma possibilidade de protagonizar a história. Assim, analisar as relações de gênero na literatura é tentar desconstruir a história patriarcal e resgatar as alteridades, questionando a igualdade de classe, raça, e gênero.

A crítica feminista causou um grande impacto, na tradição ocidental, ao eleger a questão de gênero como categoria de análise. Um dos pontos chave desse processo foi descortinar o aspecto misógino encontrado em obras do cânone ocidental, sobretudo através da desconstrução de estereótipos femininos nelas reforçados; questionar a exclusão de escritoras do cânone, o que segundo Campos (1992, p. 116), abalou a tradicional defesa da “inexistência de um único ponto de vista de gênero, segundo a qual haveria um único ponto de vista, o do gênero humano, que, ‘coincidentalmente,’ teria ocorrido ser sempre o masculino.” A desuniversalização proposta pela crítica feminista busca promover também a desideologização da opressão sofrida pela mulher. Na realidade, o termo gênero se fortaleceu entre estudiosos da condição social da mulher nos anos setenta; o objetivo era “teorizar sobre a problemática diferença sexual alicerçada em categorias universais herdadas de um contexto cultural prescrito” (Zolin, 2003, p. 47). O termo sexo foi abandonado, no que, segundo a autora, caracterizou-se por uma rejeição

ao determinismo biológico nele implícito. Assim, teve início uma fase onde os estudos até então realizados sobre o tema foram criticamente reavaliados, e uma nova história das mulheres passou a ser construída.

Dentre as práticas das teorias críticas feministas analisadas por Guerin (1992, p. 190) estão Estudos de Gênero, Feminismo Marxista, Feminismo Psicanalítico, e Crítica Feminista das Minorias. Essas práticas contemporâneas estão, na realidade, ligadas entre si pelas questões de gênero, embora o autor informe que há diferenças de pensamento dentre os próprios estudos de gênero. Ele destaca que à princípio, as feministas acreditavam que o gênero determinava tudo, desde sistemas de valores a estruturas da língua. Enquanto o foco de algumas estava voltado para as diferenças de gênero, outras defendiam que o próprio conceito de “female difference”⁵ era o que causava a opressão da mulher; o propósito delas era ir além da questão da diferença. Em virtude dessa última forma de pensar, Guerin afirma que os estudos de gênero começaram a substituir os estudos sobre a mulher em algumas áreas, sobretudo no que se refere aos críticos dos estudos “gay” interessados em estudos feministas, os quais optaram por utilizar o termo Estudos de Gênero por ser mais amplo no sentido de incluir os próprios estudos. O interesse desses grupos não está concentrado no sexo biológico dos autores nem dos leitores, mas em aspectos da masculinidade e da feminilidade. Para as feministas, gênero indica a diferença feminina, por isso seu foco é na feminilidade, bem como nas distinções de gênero no que diz respeito ao contraste entre escrita masculina e feminina.

Enquanto alguns adeptos da crítica feminista defendem que não há diferença, e que a escrita não pode ser categorizada, outros discordam e utilizam-se das idéias de Foucault para argumentar que a própria noção de autoria é patriarcal. Para os defensores desse ponto de vista o próprio ato de produzir um texto e as idéias normativas dentro dele ou a escolha entre leitura legítima e ilegítima de um texto são igualmente problemáticas devido ao seu caráter ideológico, como afirma Guerin (1992, p. 192). Para o autor, o feminismo tanto na linguagem quanto na filosofia e na psicanálise subvertem as noções de verdade literária, *écriture féminine* e rompe com as unidades do discurso ocidental ao apontar os seus silêncios e repensar suas crenças de maneira radicalmente diferente. A crítica feminista ao questionar a prática patriarcal ocidental tem constatado que “a experiência da mulher como leitora e escritora é diferente da masculina,” como afirma Zolin (2005, p. 181), e como resultado, promoveu mudanças significativas no aspecto intelectual ocidental ao romper com paradigmas e por descobrir novos horizontes de perspectivas.

A vertente da crítica feminista que mais se debruça sobre escrita feminina, diferença, e identidade é a psicanalítica, sobretudo porque a mesma percebe o feminismo na junção entre linguagem e subjetividade, discurso e identidade. Na realidade, os críticos dessa linha de trabalho compreendem que a idéia de “otherness” ou de outremização da mulher é decorrente da noção freudiana de que as mulheres são os seres castrados, e por isso se utilizam da concepção

de Freud para ampliar o sentido de identidade. Guerin (1992, p. 198) relata que críticas tais como a americana Mary Daly se concentram no desenvolvimento de uma nova sintaxe feminina, isto é, em uma linguagem comum das mulheres através da politização da etimologia, embora seja a crítica feminista francesa a mais inovadora a esse respeito. As principais diferenças entre a crítica americana, a inglesa e a francesa estão relacionadas à influência do pós-estruturalismo. Guerin (1992, p. 198) observa ainda que é da vertente francesa que vem a noção de *écriture féminine*, influenciada pela desconstrução de Derrida e pela psicanálise de Lacan; ela investiga a existência de uma “‘subjetividade feminina,’ enfatizando os vínculos que aproximam o estatuto do sujeito (autor/leitor) à formação das subjetividades e à produção da escrita” (ZOLIN, 2003, p. 13). O foco é analisar as relações entre sexualidade e textualidade.

A questão da escrita feminina ou *écriture féminine* é um conceito que foi introduzido no meio crítico-literário francês por Hélène Cixous e seria definido como

a escrita do corpo da mulher. Baseada, parcialmente, nas teorias lingüísticas de Derrida, a escritura feminina seria revolucionária porque rompia com as estruturas opressivas e convencionais da linguagem e do pensamento masculinos. Para Cixous, o que torna a *écriture féminine* poderosa é a subversão da própria sexualidade feminina, isto é, analogamente à sexualidade feminina, isto é, a *écriture féminine* é múltipla, difusa, não centrada; e isto se explica porque nas mulheres a sexualidade, semelhante à escritura, segue um processo, não um objetivo final (Moreira, 2003, p. 44).

Cixous constata que a oposição homem/mulher, ou macho/fêmea enquanto elemento fundamental da cultura ocidental é encontrada em diversos tipos de oposições, mesmo não estando claramente relacionadas com ela. Zolin (2003, p. 64) observa que para Cixous, o estilo da mulher é o da “não-racionalidade,” e o corpo e a escrita da mulher quando não são controlados “pela heterossexualidade patriarcal, constituem-se em armas desconstrutoras dos valores falocêntricos, capazes de promover sua libertação.” Isso ocorreria através da recusa da “fala que a psicanálise atribui à mulher e considerando que seu corpo representa impulsos instintivos e desejos que surgem do inconsciente, ela o toma como instrumento da ‘escritura feminina’” (p. 64). Para Cixous, o discurso produzido pela mulher torna-se uma espécie de metonímia de si mesma, de modo que a escrita se aproximaria da fala enquanto meio de expressão da interioridade, daí a escrita feminina por vezes ser identificada com ilogicidade, arritmias sintáticas, vazios, isto é, marcas biológicas, conforme trecho de Queiroz (1995) reproduzido por Zolin. Assim, o texto da mulher seria subversivo, mas não apenas mulheres poderiam produzi-lo; Guerin (1992, p. 199) afirma que James Joyce é frequentemente citado como praticante dessa *écriture féminine*.

Tanto para Cixous quanto para Luce Irigaray, “há uma fala (ou estilo) próprio da mulher,” afirma Zolin (2003, p. 65) e destaca que no pensamento de Irigaray, como a sexualidade é expressa através da linguagem, a literatura é sexuada, isto é, existe “uma

sexualidade no discurso,” e assim como a língua não é neutra, o discurso é carregado de ideologias, inclusive “o plural dos gêneros sempre concorda com o masculino, as realidades de valor são sempre masculinas...”(p. 66). Zolin comenta que apoiada nas teorias psicanalíticas, Irigaray tenta “definir posições reguladoras de uma outra sexualidade inscrita no corpo da mulher(...) e metonimiza o sexo à procura de lugares no corpo feminino (seios, vagina e clitóris) que se negam à castração do falo” (p. 66). Essas zonas erógenas teriam a mesma significação que o falo, de modo que a mulher tem essa multiplicidade ao invés da ausência, o que dessacralizaria as teorias masculinas sobre a inferioridade feminina, as quais pressupõem as “oposições binárias que mantêm a dominação das mulheres pelos homens -, ao mesmo tempo em que valoriza a libertação do feminino reprimido em tais teorias” (Zolin 2003, p. 66).

Já Julia Kristeva, une psicanálise lacaniana, crítica chamada de pós-feminista,⁶ lingüística e literatura, mas discorda da existência de uma fala ou uma escrita feminina, segundo Zolin (2003, p. 67); seu foco é na linguagem e no modo pelo qual ela se define, tendo no “sujeito falante (dividido, descentralizado e instável)” como objeto central da sua investigação.

O sujeito para Kristeva (1987), é constituído em linguagem na interação entre o semiótico e o Simbólico, como um ‘sujeito em processo.’ Daí ela defender a impossibilidade de se definir a mulher: ela nega-lhe uma essencialidade biológica, do mesmo modo que nega uma especificidade da fala ou da escrita feminina. Do seu ponto de vista, a mulher, ao se libertar da rigidez da ordem simbólica, é capaz, sim, de produzir textos peculiares. Mas as peculiaridades que os caracterizam não podem ser atribuídas nem à especificidade feminina, em à marginalidade social, mas a ligações com o *locus* original do *khóra*⁷ (Zolin, 2003, p. 68).

Assim como Cixous, Kristeva acredita que o feminino não se refere apenas à mulher, no que se refere à escrita, “sujeitos biologicamente masculinos podem ocupar uma posição de sujeito feminino na ordem simbólica, conforme ela observa nas obras de artistas de vanguarda como Joyce e Mallarmé,” entre outros (Zolin, 2003, p. 68). Kristeva, como observa Zolin, percebe o feminino como a negação do fálico, e a escritura feminina como o elemento que rompe a ordem simbólica.

Guerin (1992, p. 203) observa que há problemas no pensamento dessas autoras sobre a escrita feminina, dentre eles está o fato de que são tributárias de autores masculinos tais como Freud, Lacan e Derrida para formular suas teorias. Além disso, ele traz à tona o pensamento de outros críticos que se perguntam se seria possível falar de uma posição de fora do patriarcado, e ainda, se questiona como essas três autoras continuam escrevendo sobre as mulheres se elas acham que as mulheres não conseguem escrever a si mesmas na linguagem que conhecemos. Nem todas(os) feministas aceitam a opinião de que há uma *écriture féminine*; Richard (2002, p.

132) cita Josefina Ludmer, a qual adverte que “a escrita feminina não existe como categoria, porque toda escrita é assexual, bissexual, unissexual.” Richard advoga que não

basta ser mulher (determinante sexual) para que o texto se carregue da potencialidade transgressora das escritas minoritárias. Também não basta desenvolver o tema da mulher e da identidade feminina para que o trabalho com a língua produza (e não simplesmente re-produza) a diferença genérico-sexual (p. 137).

Ela cita ainda Soledad Bianchi, a qual sugere que

É necessário romper o *gueto* do sexo, pois se trata de situá-los (os textos de mulheres) junto aos outros, produzidos por homens e mulheres contemporâneos, considerando semelhanças e diferenças, reconhecendo conquistas e aportes, mas também limitações (p. 135).

Observa-se que os estudos feministas têm ampliado seu leque de debates ao longo do tempo como meio de questionamento, exposição e busca pela compreensão do que gira em torno do seu objeto de estudo. No que diz respeito às questões de gênero na literatura, conforme mostra Funck (1994, p. 21), elas provocaram uma mudança de grande importância, pois substituíram a questão da mulher, conforme mencionado anteriormente. Além disso, estudiosos consideram que isso influenciou positivamente a maneira como críticos tradicionais passaram a encarar as teorias críticas feministas. Tal mudança de postura significou muito, sobretudo porque diferente do que acontecia com os estudos históricos e antropológicos, a crítica feminista ainda era marginalizada até meados dos anos oitenta. Funck afirma ainda que haviam poucos feministas homens até então, mas eles estavam mais preocupados em “corrigir a visão distorcida e excessivamente radical das mulheres do que em realmente pensar sobre o masculino e a masculinidade” (p. 21).

Uma das teóricas contemporâneas que se debruça sobre a questão do gênero e que a leva a um nível mais amplo, Butler⁸ (2003, p. 20), comenta que um dos problemas políticos do feminismo está “na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum.” Esse ponto de contestação, conforme a autora explica, surge em virtude de que não é um significante estável que regula “o consentimento daquelas a quem pretende descrever e representar – *mulheres* - mesmo no plural, tornou-se um termo problemático.” Ao comentar o livro *Am I that name?* [Sou eu este nome?] de Denise Riley, Butler lembra que o título refere-se a uma pergunta que surge diante da possibilidade de significados do nome e indaga que

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu da maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções

com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídas (p. 20).

Butler (2003, p. 21) questiona ainda se não “seria a construção da categoria das mulheres como sujeito coerente e estável uma regulação e reificação inconsciente das relações de gênero.” Isso representaria, na verdade, o oposto dos objetivos feministas. A autora vai além ao discutir sobre até que ponto a categoria das mulheres só encontraria estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual, sobretudo porque, para ela, a noção estável de gênero estaria dando sinais de que não serviria como premissa básica do feminismo. Butler acredita que a unidade presente na noção de ‘mulheres’ é útil na construção da identidade, o problema é que impõe uma divisão no sujeito feminista baseada na distinção entre sexo e gênero. Essa distinção tem sua origem na crença de que a biologia é o destino, ou seja, o sexo estaria ligado ao biológico, enquanto o gênero ao que é culturalmente construído, conforme observa Campos (1992, p. 111), e como se acreditou por muito tempo.

Ao analisar essas questões, Butler (2003, p. 24) sugere que “se os gêneros são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira,” ou seja, a distinção entre sexo/gênero implica uma “descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos.” Isso limitaria a questão de gênero a noção binária existente em sexo, o que sutilmente poderia se compreender que há uma “relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito.” Butler defende que no momento em que o *status* construído do gênero passa a ser teorizado como sendo independente do sexo, a própria noção de gênero se torna flutuante, sobretudo porque homem e masculino podem significar tanto um corpo masculino quanto um feminino, e mulher e feminino, por sua vez, podem representar um corpo masculino e um feminino.

Um das grandes contribuições de Butler (2003, p. 25) para os Estudos de Gênero é afirmar que o gênero não é uma construção ou interpretação cultural. Segundo ela, deve-se pensar essa questão de sexo-gênero indagando o que é o “sexo,” se ele seria natural, anatômico, por exemplo, se teria uma história ou se cada sexo teria histórias diferentes, como a dualidade deles se estabeleceu, se seu caráter imutável é contestável, até porque “talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma.” Isso quer dizer que “se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo.” Portanto, a autora advoga que o gênero tem de se referir também a “o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.” Desse modo, o gênero é “o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e

estabelecido como “pré-discursivo, anterior à cultura, um superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.”

Atuante há várias décadas, Butler no início da década de noventa com seu livro *Gender Trouble* (1990), foi responsável pela desconstrução da “lógica de toda a política feminista, baseada em uma identidade pré-existente, *mulher*, para a qual busca representação política,” como observa Lima (2006, p. 99-100). Segundo a autora, Butler

Argumenta a partir da noção foucaultiana de que ‘os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos os quais, conseqüentemente, representam’ (...) que a categoria *mulher* – o sujeito do feminismo – pode ser em si já um produto do próprio sistema político dentro do qual luta por emancipação (...) Butler coloca que *mulher* não é uma categoria inclusiva e exaustiva, visto que gênero ‘nem sempre é constituído coerentemente ou consistentemente em contextos históricos diferentes,’ além de não poder ser considerado fora de seus entrecruzamentos com raça, classe, etnia, sexualidade, etc.

Lima (2006, p. 100) afirma que a questão não é apenas refutar uma política de representação, mas elaborar “uma crítica às categorias de identidade produzidas e naturalizadas pelos discursos do *poder* .”

Observadas as considerações que até agora foram feitas sobre gênero, é possível perceber que o termo está ligado a alguns conceitos-chave, tais como poder, diferença e identidade. Lima (2006, p. 97) observa que as teorias contemporâneas sobre o sujeito têm contribuído para os estudos de gênero, sobretudo no que diz respeito à compreensão de que as identidades não são fixas. Vê-se em Foucault (ver Sargentine e Navarro-Barbosa, 2004) e Althusser (1985), por exemplo, que as instituições buscam fixar certos modelos de identidade, e a importância da compreensão dos processos de formação dos sujeitos. A autora destaca que recentemente, feministas de outras áreas têm questionado o tradicional conceito de identidade, na tentativa de buscar maneiras que levem as mulheres a “reconhecer suas diferenças e formar alianças através dessas diferenças” Aliadas ou não das teorias críticas pós-coloniais, mulheres não brancas, homossexuais, trabalhadoras em geral, têm discutido a identidade “mulher,” que costuma ser difundida como universal, e que junto com o próprio feminismo, excluía as que estavam fora do modelo ocidental de mulher branca, de classe média e Anglo-Saxã, enquanto outras raças e classes têm sido marginalizadas (Bonnici, 2000, p. 155). Daí a relevância do conceito de diferença nas discussões contemporâneas sobre gênero dentro do feminismo por chamarem atenção para a limitação e restrição das discussões para a diferença apenas entre homens e mulheres, sobretudo porque tal limitação contribui para a manutenção da sociedade patriarcal e conservadora; e isso não é o desejo do pensamento feminista, que sem perceber estava reforçando “a imagem da/o Outra/o, favorecendo as políticas de gênero conservadoras,” como destaca Lima (2006, p. 97).

Lorde (*apud* Lima, 2006, p. 98) defende que “a rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta em uma economia de lucro que precisa de pessoas excluídas como excedentes.” Para Lima, a autora distingue a noção de “Outro,” ou seja, aqueles(as) excluídos(as) da noção de “diferença.” Ao comentar o pensamento de Lorde, ela observa que são várias as diferenças que constituem as pessoas, mas elas não separam uns de outros, quem o faz é a própria recusa de cada um em reconhecê-las. Assim, o conceito de diferença identifica especificidades, além de eliminar “o silêncio e a exclusão da alteridade.” Lima afirma que a teórica Trinh Minh-Há – que defende que diferença não é alteridade - considera a questão da diferença como um meio para a desconstrução do pensamento binário, por diversas razões, dentre elas, o fato de que possibilita que similaridades sejam reconhecidas nas diferenças, o que levaria a construção de alianças políticas estratégicas, sobretudo porque

Com a desconstrução da lógica binária – propiciada pelas elaborações teóricas de pensadores/as como Derrida, Cixous, e outros/as – que sempre norteou o pensamento ocidental, ficou claro, dentre outras coisas, por exemplo, que não podemos pensar em termos de oposições, como homem/mulher, cultura/natureza, em que o segundo termo, hierarquicamente inferior, define-se pelo que não é, e, portanto, inexistente (Lima, 2006, p. 98)

O que Lorde defende, segundo Lima expõe, é que deveria se pensar não no binário homem/mulher, mas sim em homem/não-homem, isto é, um pensamento relacional, e não oposicional. Assim, desconstruir a relação de poder entre os termos tradicionalmente opostos, levaria a uma resignificação dos mesmos ao se ampliar “as perspectivas e os entrecruzamentos sob os quais podem ser lidos, entendidos, interpretados” (Lima, 2006, p. 98). O problema é que a questão do homem/não homem ainda teria a figura masculina como ponto de partida.

Esse processo de desconstrução da lógica binária, segundo Lima (2006, p. 99), ocorreu paralelamente com questionamentos sobre o conceito de poder feito por Foucault que possibilitou um “aprofundamento dos estudos acerca das relações de gênero e a maneira como são construídas e reproduzidas.” Ela comenta que Foucault não via o poder como uma força de repressão a qual apenas alguns tinham acesso, mas como algo produtivo, “não como algo que possui, mas como algo que é exercido nas ações, que está em todos os lugares, e vem de todos os lugares.” Ele seria diferente do patriarcado porque não corresponde às estruturas sociais, mas se prolifera e se materializa nos discursos, nos corpos e nas relações.

Para as políticas de gênero, a concepção foucaultiana de *poder* permite uma análise mais aprofundada das formas em que as mulheres são construídas enquanto sujeitos através dos discursos, e a conseqüente articulação de estratégias de resistência e mudança (Lima, 2006, p. 99)

Percebe-se que as opiniões sobre as questões que envolvem gênero são vastas e por vezes conflitantes. É necessário considerar que elas estão intimamente ligadas às relações entre

homens e mulheres, isto é, como tais relações entre os sexos foram estruturadas ao longo do tempo e como isso é reproduzido na literatura; para serem melhor compreendidas essas relações não devem ser consideradas separadamente. As questões de gênero têm se tornado cada vez mais objeto de estudo de diversas áreas, de modo que cada uma tem contribuído para lançar novas perspectivas sobre o tema, por exemplo, a teoria política e social, o pós-estruturalismo, os feminismos, os estudos culturais, a psicanálise, os estudos da masculinidade, os quais têm permitido a ampliação desse conceito, sobretudo nas intersecções com marcadores sociais tais como classe, orientação sexual, raça, etnia, dentre outros. À crítica literária feminista interessa – dentre outras coisas - analisar, denunciar, descortinar o que há de redutor no que diz respeito às personagens femininas e às relações de gênero que se constroem a partir de uma realidade social em que as mulheres têm lutado para conquistar direitos que lhes foram historicamente negados, e encontrar uma identidade perdida(?) em virtude da fragmentação do próprio eu, numa constante luta contra noções essencialistas tanto internas quanto externas ao pensamento feminista.

Notas

- ¹ Em linhas gerais, a crítica feminista americana é mais textual e se preocupa com a expressão; a inglesa, enquanto mais marxista, volta-se para a questão da opressão; já a francesa, mais psicanalítica, debruça-se mais sobre a questão da repressão (Guerin, 1992, p. 198).
- ² As críticas feminista-marxista, “desejam centrar a sua análise na questão da classe, para além da do gênero, como um determinante da produção literária” (Showalter, 2002, p. 38). Obviamente, essas formas diferentes de abordar as questões feministas se complementam e enriquecem o pensamento e a crítica literária feminista.
- ³ “O conceito de uma linguagem das mulheres não tem origem na crítica feminista; é muito antigo e aparece frequentemente no folclore e nos mitos. Em tais mitos, a essência da linguagem das mulheres está no seu secretismo; o que está realmente em causa é a fantasia masculina da natureza enigmática do feminino” (Showalter, 2002, p. 55).
- ⁴ Na visão de Lauretis (1994, p. 211), “O que a sabedoria popular percebe, então, é que gênero não é sexo, uma condição natural, e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição ‘conceitual’ e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos. Esta estrutura conceitual é o que cientistas sociais feministas denominaram ‘o sistema de sexo-gênero.’ Ela prefere utilizar apenas o termo gênero para manter a sua ambigüidade.
- ⁵ De acordo com Lauretis (1994, p. 207-8), há duas limitações em relação ao conceito de diferença(s) sexual(ais). A primeira, “confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados: ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada, o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres..” A segunda está relacionada ao fato de que ela “tende a reacomodar ou recuperar o potencial epistemológico radical do pensamento feminista sem sair dos limites da casa patriarcal, na metáfora usada por Audre Lorde em lugar da ‘prisão domiciliar da linguagem’ de Nietzsche.” Ela sugere que precisamos de “um conceito de gênero que não esteja tão atrelado à diferença sexual a ponto de virtualmente se confundir com ela.”
- ⁶ O termo pós-feminismo tem sido utilizado “na inserção do feminismo nos termos de uma política cultural mais abrangente,” e é nela que “Butler espera estar a possibilidade de se pensar um novo sujeito do feminismo, sendo ele multifacetado, mais amplo, mais complexo e instável” (Lima, 2006, p. 100).

⁷ “Kristeva (1987) emprega a imagem do *khóra*, um vocábulo grego, retirado do *Timeu* de Platão, que significa receptáculo, espaço fechado, útero, para descrever o conteúdo essencial do inconsciente” (Zolin, 2003, p. 68).

⁸ Lima (2006, p. 94) faz alusão às três correntes de estudos sobre gênero proposta por Cranny-Francis et al (2003): a primeira, decorrente da psicanálise lacaniana é composta por Irigaray, Cixous, Kristeva; a segunda é a da escola das relações objetais, cujos principais expoentes são Winnicott (1975), Chodorow (1978) e Guntrip (1968, 1971); e por último, a “teoria radical de gênero” e teoria “queer,” representada por Gayle Rubin e Judith Butler.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1980.
- BONNIC, T. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: UEM, 2000.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, M. C. C. Gênero. In: JOBIM, J. L. (org). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro; Imago, 1992.
- EDGAR, A. & SEDGWICK, P. *Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FUNCK, S. B. Da questão da mulher à questão do gênero. In: FUNCK, S. B (org). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994.
- GUERIN, W. L. (et al). *A handbook of critical approaches to literature*. 3rd edition. New York: OUP, 1992.
- GREENE, G. & KAHN, C. (ed). *Making a difference: feminist literary criticism*. London: Methuen, 1985.
- GRIMSHAW, J. Feminismo e filosofia. In: BUNNIN, N. & TSU-JAMES, E. P. (orgs). *Compêndio de filosofia*. São Paulo; Edições Loyola, 2002.
- LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LIMA, A. C. A. Estudos de gênero: do ser ao (des)fazer. In: CAVALCANTI, I. et al (orgs). *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Maceió: EDUFAL, 2006.
- MACEDO, A. G. (org). *Gênero, identidade e desejo: Antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 2002.
- MOREIRA, N. M. de B. Gênero: uma possibilidade no horizonte da crítica feminista. In: *Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB*. Vol IV. No. 1. João Pessoa: Idéia, 1999.
- _____. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. In: Revista Estudos Feministas Vol. 8. N 2. Florianópolis: UFSC, 2000.

RICHARDS, N. *Intervenções críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos/SP: Claraluz Editora, 2004.

SHOWALTER, E. *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing*. New Jersey: Princeton University Press, 1977.

_____. *Speaking of gender*. New York: Routledge, 1989.

_____. A crítica feminista no deserto. In: MACEDO, A. G. (org). *Gênero, identidade e desejo: antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 2002.

SPIVAK, G. Quem reivindica a alteridade? In: HOLLANDA, H. B. de (org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ZOLIN, L. O. *Desconstruindo a opressão: a imagem feminina em “A república dos sonhos” de Nélida Piñon*. Maringá: UEM, 2003.

STEPAN, N. L. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, H. B. de (org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Artigo recebido: 17/10/08

Aceito: 10/12/08